

“Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000*

Róber Iturriet Avila**

Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Economia e Doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Professor da UCS e Pesquisador em Economia da FEE

Resumo

Este artigo objetiva descrever o comércio externo com a China, observando as exportações e as importações desde o Brasil e as exportações do Rio Grande do Sul para esse país entre 2000 e 2011, com destaque para o último ano. A partir dos dados expostos, constata-se que a mudança na pauta de exportações de ambos os objetos sofreu um progressivo aumento dos produtos primários, devido ao “efeito-China”. A despeito desse movimento de reprimarização, é apontado que o volume das exportações industriais totais não sofreu redução no período analisado.

Palavras-chave: Brasil; China; comércio internacional.

Abstract

This research aims at describing the foreign trade with China, noting exports and imports from Brazil and exports from Rio Grande do Sul to China between 2000-2011, especially in 2011. From the data presented, it is observed that the exports of both objects suffered a progressive increase in commodities due to the "China-effect". Despite this movement of reprimarization, it is pointed out that the volume of total industrial exports have not been reduced during the period analyzed.

Key words: Brazil; China; international trade.

1 Introdução

No período recente, a China tem se destacado internacionalmente pela pujança de sua economia e pela invasão de seus produtos no mundo inteiro. A década de 2000 presenciou uma mudança veloz e significativa na organização produtiva mundial, com sua decorrente repercussão geopolítica. A China vem crescendo a uma taxa média de 10% ao ano, nos

últimos 30 anos. Esse fato a transformou na maior produtora e exportadora mundial de manufaturas. Após a crise de 2008, a posição chinesa fortaleceu-se,

* Artigo recebido em 11 jan. 2012.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: roberiturriet@yahoo.com.br
O autor agradece aos pesquisadores do Núcleo de Estudos em Política Econômica da FEE e aos pareceristas pelas considerações e reparos, eximindo-os de eventuais erros aqui presentes

sendo sua demanda decisiva para atenuar os efeitos nocivos da crise sobre a economia mundial.

O desempenho chinês das três últimas décadas impactou de maneira expressiva na organização industrial europeia e estadunidense. Inúmeras empresas migraram seus parques fabris para a Ásia, com vistas à redução de custos. Nesse contexto, a indústria brasileira vem sofrendo não apenas pela concorrência interna dos produtos chineses, mas também pela competição no mercado externo. Em paralelo, a dinâmica das exportações brasileiras está progressivamente centrada nos produtos primários e correlatos, devido à demanda chinesa por esses produtos.

Dada a relevância progressiva da China no comércio internacional e seu impacto decorrente nos demais países, o presente artigo visa clarificar algumas das mudanças em curso e compreender o alcance da nova dinâmica das relações externas do País e, conseqüentemente, da economia gaúcha. Nesse sentido, o trabalho é centrado na descrição do comércio exterior bilateral entre o Brasil e a China e entre esse país e o Rio Grande do Sul, lastreado fundamentalmente com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para tanto, além desta introdução, a segunda seção trata da dinâmica das exportações e das importações do Brasil para com a China, onde é observada a variação da mesma em termos monetários e o reflexo na pauta brasileira. Nessa seção, é acentuado o enfoque nas exportações. Será abordada, também, a mudança da posição chinesa dentre os principais importadores do Brasil. A terceira seção traz o cenário recente das exportações gaúchas para aquele país, assim como a conseqüente alteração na composição da pauta de produtos exportados. Na quarta seção, estão registradas as **Considerações finais**.

Cabe frisar que, em sua maior parte, os dados aqui expostos se referem ao período pós-ano 2000, uma vez que a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano de 2001 e, desde então, passou a alterar o desenho do intercâmbio mundial. Anos imediatamente anteriores também são pertinentes, uma vez que revelam a transformação ocorrida. Algumas séries apresentam um movimento mais extenso apenas pelo apelo didático, já que o foco se centra no período pós 2000.

Foge aos objetivos do artigo encontrar os determinantes das mudanças a serem descritas na pauta de importações e na de exportações. Não obstante, dada a relevância da inserção chinesa na

estrutura produtiva nacional, haja vista a competição imposta ao ramo coureiro-calçadista, ao setor têxtil e à indústria automobilística, por exemplo, cabem algumas linhas para dois dos fatores desse sucesso: a sua taxa de câmbio e o seu custo laboral (Avila, 2008; De Negri, 2005; Medeiros, 1999).

Os custos trabalhistas efetivos nas indústrias manufatureiras chinesas correspondem a aproximadamente 16% dos custos brasileiros. Especificamente nas indústrias têxteis e calçadistas, a proporção fica em 13,83% e 35,40% respectivamente¹ (OIT, 2011).

Sabidamente, a taxa de câmbio chinesa é outra vantagem competitiva. A despeito das significativas pressões do mundo inteiro para que a China valorize seu câmbio, esse país cedeu apenas em 2005, quando abandonou o câmbio fixo². Nesse ano, o regime de flutuação passou a ser administrado tendo como base uma cesta de 11 moedas e não mais apenas o dólar norte-americano. Desde lá, a taxa passou de 8,28 yuan/dólar para 6,33 yuan/dólar em 2011.

Em que pese à valorização cambial observada nos últimos anos, o preço do yuan permanece baixo. No ano de 2009, a Paridade Poder de Compra (PPP)³ da moeda chinesa era 3,8 unidades monetárias internacionais, ou seja, com 3,8 yuan renminbi comprava-se no mercado chinês o mesmo que US\$ 1,00 no mercado estadunidense. Isso indica que, para que a moeda chinesa representasse o poder aquisitivo idêntico ao que um dólar norte-americano possuía nos Estados Unidos, em termos do volume de bens e serviços, no ano de 2009, a moeda deveria valorizar-se 40,25%. Nesse caso, a taxa de câmbio yuan/dólar passaria de 6,36 unidades monetárias para 3,80 (World Bank, 2011).

¹ Estes dados se referem ao ano de 2001, uma vez que são os últimos disponíveis advindos da China. Por essa razão, foram comparados com os custos brasileiros de 2001.

² Oficialmente o sistema de câmbio é flutuante desde 1994, mas, na prática, durante esse período ele era fixo (Cunha, 2005).

³ Normalmente, a taxa de câmbio oficial de um país não reflete equivalência internacional do poder de compra. O Banco Mundial calcula, com um método alternativo, os coeficientes que refletem equivalência no poder aquisitivo. O cálculo da Taxa Real de Câmbio indica quão caros são, em média, os bens no exterior em relação aos bens domésticos de determinado país. Ou seja, ela representa o número de unidades monetárias necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços que um dólar compra no mercado interno dos Estados Unidos. Tomando-se por base a Teoria da Paridade Poder de Compra (PPP), os bens domésticos e estrangeiros de um país, quando expressos na mesma moeda, têm o mesmo valor. Para que possamos ver a magnitude da desvalorização da moeda chinesa, é possível observar dados do World Development Indicators 2011 (World Bank, 2011).

No que toca à variação das exportações, o crescimento econômico chinês influenciou o recente avanço no preço das principais *commodities*, tendo influência direta sobre o Brasil através da elevação dos preços do minério de ferro, da soja, do petróleo e das carnes (Cunha, 2011; Medeiros, 2005).

Esses fatores auxiliam a explicar os determinantes do aumento da representatividade chinesa nas relações comerciais brasileiras e gaúchas. A despeito disso, o foco estará na descrição dessas relações.

2 A dinâmica das exportações e das importações brasileiras à China e seus reflexos

A divulgação de dados referentes ao desenvolvimento recente chinês e o fato de que a China se tornou nos últimos tempos a segunda economia no mundo incentivou o debate sobre os efeitos desse desenvolvimento, em particular após o ano 2000. Nesse ano, por exemplo, a China respondia por 3,35% das importações mundiais. Em 2010, passou a 9%, quase triplicando sua representatividade⁴ (Acioly; Leão; Pinto, 2011).

Sob esse cenário, as contas do comércio brasileiro não ficaram insensíveis. Ao contrário, elas denotam a progressiva relevância daquele país para o Brasil desde seu ingresso na OMC.

Ao se analisar a Tabela 1, alguns elementos saltam aos olhos. O primeiro deles é que o saldo comercial dos últimos três anos foi muito expressivo, com destaque para o ano de 2011. A despeito disso, analisando o período 1997-2011, verifica-se que há uma alternância de saldos deficitários e superavitários com a China, uma vez que, de 1997 a 2000 e no biênio 2007-08, o comércio brasileiro com aquele país foi deficitário. De outro lado, há uma constância nas elevadas taxas de crescimento das exportações e das importações, sendo exceção as importações no ano de 2009, refletindo a crise mundial. Outro fator relevante é a constatação de que as exportações ganham vigor a partir de 2001, isso podendo ser atribuído ao ingresso da China na Organização Mundial do Comércio no referido ano. Já as importações ganham força a partir

de 2003, o que é possivelmente explicado pelo movimento de apreciação do real ocorrido a partir desse ano.

Destaca-se ainda que, em 2009, o mundo sofria com intensidade os impactos da crise mundial, mas as exportações para a China se mantiveram ascendentes, ao passo que as importações caíram. Isso sinaliza que, mesmo em um ambiente de crise, os asiáticos persistem adquirindo produtos brasileiros.

Por fim, há que se salientar a expressiva variação do comércio entre os países: em termos monetários, as exportações brasileiras incrementaram-se em 3.983,16% entre 2000 e 2011, e as importações, em 2.582,96%. Parte dessa variação é respondida pela elevação dos preços, mas houve ainda aumento de quantidade exportada: o peso líquido das exportações, em quilogramas, variou 1.040,96%. Já o peso das importações cresceu 427,88%.

O fato de esse período ter sido cenário de elevação no comércio internacional de forma geral poderia relativizar o expressivo aumento da relação com a China. Contudo, ao se observar a participação dos principais parceiros comerciais brasileiros, se verifica que a representatividade chinesa é ascendente. O referido movimento fez com que a China se tornasse, em 2009, o país que mais importa produtos brasileiros. Em sentido oposto, os Estados Unidos vem perdendo participação. No ano de 2011, a China comprou 17,30% dos produtos brasileiros comercializados no exterior⁵. Os Estados Unidos representavam 10,00%, e a Argentina, 8,90%. A China supera não apenas os Estados Unidos, mas também o Mercosul como um todo, sendo suas compras quase equivalentes à soma do segundo e do terceiro colocados, conforme é explicitado no Gráfico 1.

No que tange aos produtos exportados à China, verifica-se que a pauta é composta majoritariamente por *commodities*. Minério de ferro representou, em 2011, 44,10% das exportações para aquele país. Soja e óleo de soja, 27,65%⁶; petróleo, 10,56%; e açúcar, 2,99%. Esses quatro produtos básicos perfazem 85,30% das exportações brasileiras à China. Sabidamente, esses produtos possuem encadeamentos menores do que os produtos acabados, tendo, assim, impacto mais restrito à geração de emprego e à multiplicação da renda para outros setores. Os produtos semimanufaturados perfizeram 10,42% do total exportado, e os produtos

⁴ Para se ter referência, no ano de 2009 a Alemanha representava 7,36% das importações mundiais, e o Japão, 4,35%.

⁵ Cumprir expor que tais exportações brasileiras representaram apenas 2,54% das importações efetuadas pela China em relação ao resto do mundo (People's Bank of China, 2011).

⁶ A soja em grão, sozinha, representa 25,94%.

manufaturados, 4,4%. De toda a sorte, as exportações de manufaturados e semimanufaturados à China cresceram, em termos nominais, nos últimos anos. Contudo o crescimento dos produtos básicos efetivou-se em termos nominais e relativos; em 1997, por exemplo, os produtos básicos correspondiam a 51,18% das exportações brasileiras àquele país, tendo se elevado, portanto, em mais de 30 pontos percentuais.

Já as importações de produtos chineses são menos concentradas. Materiais eletrônicos de televisores, microcomputadores, telefones e ar condicionados representam 15,54%; automóveis, pneus e motocicletas, 2,38%; celulares, 1,9%. Destacam-se, ainda, hulha, lâmpadas, câmeras de vídeo e produtos têxteis. Salienta-se o aumento nas importações de automóveis de passeio entre 2000 e 2011, que ficou em 139.270,89%, em termos monetários, e de calçados, que ficou em 265,67%⁷.

Ess padrão comercial estabelecido com a China responde, em grande medida, pela concentração de produtos primários nas exportações brasileiras, particularmente desde o ano 2000. As participações dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados correspondiam a, respectivamente, 22,8%, 15,4% e 59%⁸. Em 2011, tais grupos passaram a 47,83%, 14,08% e 36,1%, conforme demonstra o Gráfico 2, confirmando, portanto, o ganho na parcela dos produtos básicos e a queda dos produtos manufaturados, enquanto os semimanufaturados obtiveram relativa estabilidade. Cumpre salientar, entretanto, que as exportações totais de manufaturados e semimanufaturados cresceram, em termos nominais, até o ano de 2008, tendo obtido impacto negativo pela crise internacional em 2009, mas retomando seu crescimento nos anos seguintes.

Em termos nominais, as exportações de manufaturados cresceram 183,77% de 2000 a 2011. Os semimanufaturados se elevaram em 323,89%. No entanto, os produtos básicos incrementaram-se em 874,82%, no período, reduzindo, dessa maneira, a participação dos demais grupos na fatia da pauta de exportação.

⁷ Os dados das importações brasileiras não possuem o mesmo refinamento de detalhes quanto os dados de exportações. Ainda assim, é nítida a elevação de importação de manufatura da China, com destaque a equipamentos eletrônicos, materiais para equipamentos eletrônicos, automóveis e peças de automóveis.

⁸ O resíduo até cem por cento se refere às "operações especiais". Trata-se de bens que entram na balança comercial e que não são detalhados ou que não é possível identificá-los.

Ao tempo em que se leva em conta a pauta de exportações brasileiras por fator gerador⁹ e desconsiderando-se a China, a mudança é semelhante, porém com intensidade diferente, particularmente no que se refere à participação propriamente dita, uma vez que os produtos manufaturados persistem com a maior fatia da pauta e que os produtos básicos apresentam elevação menos acentuada. As participações dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, desconsiderando a China, correspondiam a, respectivamente, 22,5%, 15,9% e 61,6% no ano 2000. Até novembro de 2011, tais grupos passaram a 39,1%, 15,9% e 45%¹⁰. O Gráfico 3 explicita a referida distinção.

No que se refere à intensidade tecnológica das exportações, em 2000 a indústria de alta tecnologia¹¹ representava 12,4% das exportações, tendo passado a 4,6% em 2010. A indústria de média tecnologia¹² representava 41,7% das exportações em 2000, tendo passado a 32,6% das exportações em 2010. Por fim, o setor de baixa tecnologia¹³ correspondia a 29,3% em 2000 e passou a 26,4%. Mais uma vez, há que destacar que, em termos nominais, não houve queda, ao contrário, houve aumento, com exceção do período de aprofundamento da crise internacional de 2008. O Gráfico 2 denota essa inversão relativamente recente.

Ainda que se tenha em conta a elevação das exportações industriais brasileiras, em termos monetários, no período de 1996 a 2010, convém observar a evolução do saldo comercial dos respectivos segmentos. Observa-se que o saldo foi

⁹ O fator gerador faz referência ao tipo de produto e o grau de transformação, podendo ser básico, com pouca transformação, semimanufaturado, com alguma transformação, e manufaturado, com maior valor agregado.

¹⁰ Há que relativizar, ainda, que a demanda chinesa influencia a elevação dos preços das *commodities*, fator esse que não está sendo levado em conta, em face das limitações deste estudo.

¹¹ Perfazem esse subitem os seguintes grupos: aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; e instrumentos médicos de ótica e precisão (MDIC).

¹² Perfazem o grupo de média-alta tecnologia os seguintes itens: máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semi-reboques; produtos químicos; equipamentos para ferrovia e material de transporte; máquinas e equipamentos mecânicos. Perfazem o grupo de média-baixa tecnologia os seguintes itens: construção e reparação naval; borracha e produtos plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não-metálicos; e produtos metálicos (MDIC).

¹³ Perfazem este subitem os seguintes grupos: produtos manufaturados e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e celulose; alimentos, bebidas e tabaco; têxteis, couro e calçados (MDIC).

negativo entre 1996 e 2001, bem como no período de 2008 a 2010, com uma queda acentuada nesse último ano (Tabela 2), o que sinaliza as dificuldades que a indústria nacional enfrenta para atender o mercado interno e para competir globalmente.

Ao se analisar o desempenho por teor tecnológico, verifica-se maior competitividade nos setores de baixo teor. Para os produtos de alta e média-alta tecnologia, há déficit em quase toda a série histórica (1996-2010).¹⁴ A indústria de média-baixa tecnologia tem superávit de 1996-2009 e déficit em 2010. A indústria de baixa tecnologia tem superávit em toda a série histórica, com especial destaque do grupo formado por alimentos, bebidas e tabaco, com saldo positivo de US\$ 33,2 bilhões em 2010.

O elevado crescimento econômico do ano de 2010 (incremento de 7,5% no produto interno) auxilia a entender o desempenho das importações nesse ano. O Gráfico 4 demonstra o desempenho das exportações em termos monetários por fator gerador.

Ainda que se tenha em vista que o impacto do crescimento chinês respondeu, em grande medida, pela reprimarização da pauta de exportações brasileira, o Gráfico 4 demonstra que as exportações industriais também obtiveram incremento, particularmente nos setores de média e baixa tecnologia. Mesmo o setor de alta tecnologia assistiu ao crescimento de vendas externas em termos nominais. A elevação de produtos não industriais (básicos), entretanto, é superior a todas as demais.

Tabela 1

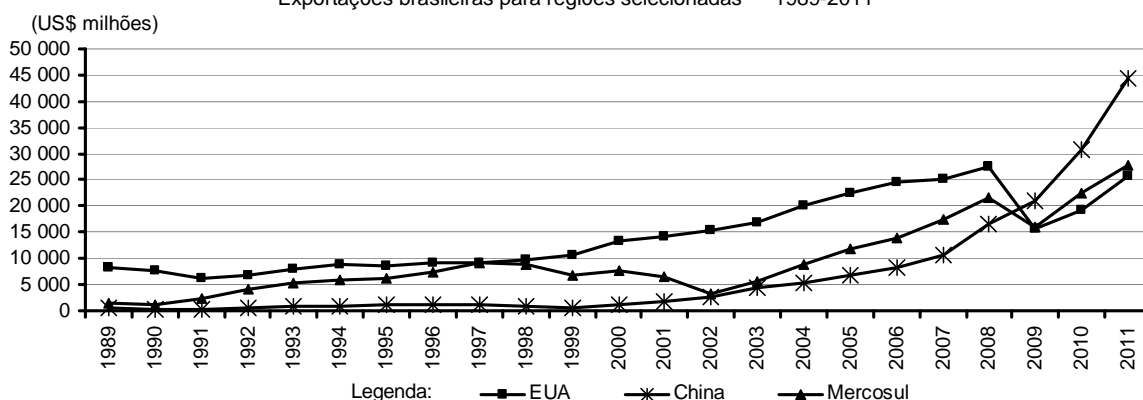
Comércio externo brasileiro com a China — 1997-2011

ANOS	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO (US\$ milhões)
	Valor (US\$ milhões)	Δ%	Valor (US\$ milhões)	Δ%	
1997	1 088	-2,30	1 167	2,96	-78
1998	905	-16,85	1 034	-11,37	-129
1999	676	-25,28	865	-16,31	-189
2000	1 085	60,51	1 222	41,25	-137
2001	1 902	75,26	1 328	8,70	574
2002	2 521	32,53	1 554	16,98	967
2003	4 533	79,83	2 148	38,21	2 386
2004	5 441	20,03	3 710	72,76	1 731
2005	6 835	25,61	5 355	44,31	1 480
2006	8 402	22,93	7 990	49,23	412
2007	10 749	27,93	12 621	57,95	-1 872
2008	16 523	53,72	20 044	58,81	-3 522
2009	21 004	27,12	15 911	-20,62	5 093
2010	30 786	46,57	25 595	60,86	5 191
2011	44 315	43,94	32 788	28,10	11 526

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb2**. Disponível em: <<http://alicerweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

Gráfico 1

Exportações brasileiras para regiões selecionadas — 1989-2011

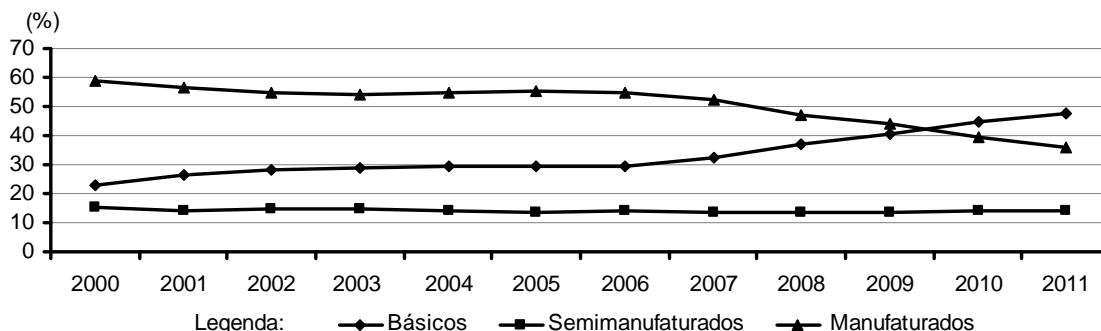


FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

¹⁴ Os relativos a 2011 ainda não estavam compilados quando da elaboração do presente estudo.

Gráfico 2

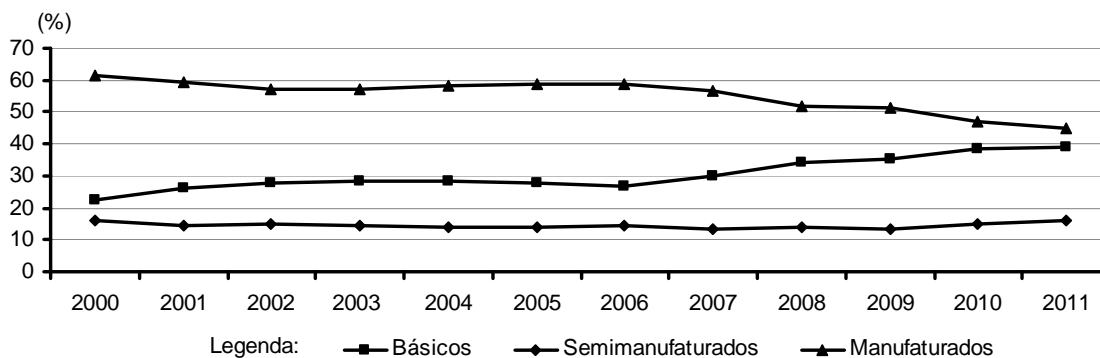
Exportações brasileiras, por fator gerador — 2000-11



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estadísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

Gráfico 3

Exportações brasileiras, por fator gerador, sem China — 2000/11



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estadísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

NOTA: Os dados de 2011 referem-se até o mês de novembro.

Tabela 2

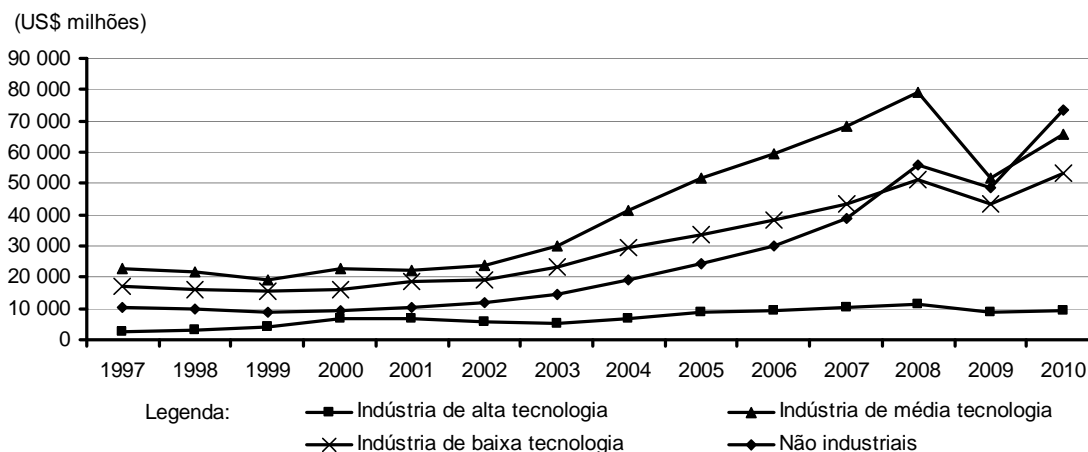
Saldo comercial brasileiro, por intensidade tecnológica — 1996-2010

ANOS	(US\$ milhões)				
	INDUSTRIAIS	ALTA TECNOLOGIA	MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA	MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA	BAIXA TECNOLOGIA
1996	-5 089	-8 380	-9 727	2 887	10 130
1997	-9 782	-9 570	-11 982	1 853	9 916
1998	-10 421	-8 838	-12 369	1 350	9 436
1999	-4 554	-7 656	-9 982	1 912	11 171
2000	-3 168	-7 342	-8 695	1 434	11 435
2001	-1 470	-6 842	-10 719	1 728	14 365
2002	8 000	-4 525	-6 935	3 979	15 481
2003	17 968	-5 296	-3 292	6 594	19 962
2004	25 511	-7 548	-2 447	10 182	25 324
2005	33 235	-8 377	494	12 257	28 862
2006	32 251	-11 839	-908	12 914	32 084
2007	21 958	-15 044	-10 126	11 950	35 178
2008	-1 294	-21 932	-29 169	9 648	40 158
2009	-5 368	-18 431	-26 504	6 144	33 423
2010	-30 753	-26 497	-38 983	-4 712	39 440

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estadísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/internaphp?area=5&menu=2477&refr=576>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

Gráfico 4

Exportações industriais brasileiras por fator gerador — 1997-2010



Legenda: ■ Indústria de alta tecnologia ▲ Indústria de média tecnologia
 × Indústria de baixa tecnologia ● Não industriais

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&ref=576>>. Acesso em 15 dez. 2011.

3 A dinâmica das exportações gaúchas à China

No que tange ao Estado do Rio Grande do Sul, as mudanças na pauta de exportação não são muito distintas das nacionais. De 2000 a 2011, o valor das exportações gaúchas para a China cresceu 1.258,12%, e a variação do peso, em quilogramas, foi de 497,13%.

Em 2003¹⁵, 8,96% das vendas externas do Rio Grande do Sul destinavam-se à China, e 22,25%, aos Estados Unidos. Já em 2011, o país asiático representou 18,59% dos embarques, e os Estados Unidos, 6,97%, o que aponta uma nítida inversão de representatividade (FEE, 2011).

Majoritariamente, a concentração de todos os produtos exportados se dá no Setor Primário e na Agroindústria. Eles correspondiam a 48,45% da pauta em 2003 e passaram a 59,84% em 2011. Nesse mesmo intervalo, sementes oleaginosas, onde se enquadra a soja, passaram de 10,50% para 16,83%. Essa alteração é respondida, em grande medida, pelo "efeito-China".

No ano 2000, soja e seus resíduos representavam 62,96% das exportações gaúchas para

a China; o complexo do fumo, 20,18%; os polímeros, 7,23%; e couros, 4,48%. No ano de 2011, o complexo soja (soja, óleo de soja e farelo de soja) representou 75,34%. No mesmo ano, o complexo do fumo representou 10,04%; pasta de madeira, 3,81%; polímeros, 2,35%; couros, 2,25%; e carne de galinha, 1,92%, sendo esses os principais produtos exportados para aquele país em 2011.

A despeito da perda, em termos relativos, do complexo do fumo, de couros e dos polímeros, todos eles obtiveram aumentos expressivos em termos nominais: 576,01%, 582,69% e 341,53% respectivamente. Entretanto o complexo soja obteve variação positiva de 1.525,43%, o que explica a perda relativa dos demais produtos na pauta de exportações para a China. Os dados da Tabela 3 evidenciam o aumento das vendas para a China nos últimos anos.

No que se refere à segmentação dos produtos exportados do Rio Grande do Sul para o restante do mundo, em 2000, os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados representavam, respectivamente, 26,73%, 10,79% e 61,34%. Em 2011, passaram a 48,60%, 8,51% e 41,94%. Isso representa um movimento semelhante ao ocorrido com o Brasil como um todo, o que é fortemente explicado pela evolução da participação chinesa na pauta gaúcha.

¹⁵ A série dos dados pesquisados se inicia em 2003.

Tabela 3

Exportações gaúchas para a China —1997-2011

ANOS	VALOR (US\$ milhões)	Δ%
1997	376	21,99
1998	218	-42,05
1999	86	-60,57
2000	249	189,81
2001	371	48,90
2002	445	19,88
2003	720	61,75
2004	711	-1,15
2005	528	-25,79
2006	761	44,23
2007	1 472	93,42
2008	1 927	30,93
2009	2 383	23,69
2010	2 394	0,46
2011	3 383	41,29

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb2**. Disponível em: <<http://alicerweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2012

4 Considerações finais

A velocidade do crescimento econômico chinês tem acarretado veloz alteração na organização produtiva mundial. Em pouco mais de 10 anos de abertura comercial, a China aumentou progressivamente sua participação no comércio mundial. Tal inserção tem implicado uma readaptação das relações comerciais das principais economias do mundo.

O Brasil também foi afetado pelo “efeito-China”, o que pode ser constatado pelas mudanças nas suas pautas de importação e de exportação. O País está importando mais produtos industriais de alta tecnologia, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Ao mesmo tempo, a pauta de exportações está mais centrada em produtos primários. Esse movimento pode ser explicado, em grande medida, pela demanda chinesa e pela maior representatividade das exportações brasileiras para aquele país. Essa transformação é perceptível também nas exportações do Rio Grande do Sul.

De toda sorte, conforme observado, o volume das exportações industriais continua a crescer, relativizando, em certa medida, as preocupações quanto à inserção chinesa no mercado brasileiro. Persiste, ainda assim, a preocupação acerca da chamada reprimarização da pauta exportadora, que advém do menor dinamismo e do menor impacto que os produtos primários geram sobre a renda e o emprego. Sabe-se ainda que o comprador de *commodities* possui mais facilidade de encontrar um

substituto do que o comprador de produtos de maior intensidade tecnológica.

Ainda assim, verificar que as exportações industriais, tanto para a China quanto para o mundo como um todo, não se reduziram e que apenas cresceram menos do que as exponenciais exportações de produtos primários, serve de alento a essas inquietações. Dadas as limitações do presente estudo, pesquisas mais profundas sobre a relação sino-brasileira são necessários, abordando, por exemplo, os coeficientes de importação e de exportação da indústria brasileira e gaúcha¹⁶.

Isso posto, constata-se uma crescente dependência brasileira e gaúcha em relação ao dinamismo chinês, seja considerando-se as exportações, seja ao se observar o volume de importações industriais. Tendo-se em mente a continuidade do crescimento chinês, manter-se-á a necessidade de importar produtos primários, com o Brasil com acentuado destaque como fornecedor. Porém, uma desaceleração importante na Ásia, mais do que afetar o *quantum* exportado, poderá prejudicar o preço das *commodities*, o que inspira preocupação.

Referências

ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

¹⁶ Esse tema é tratado com mais profundidade em Lara (2011).

AVILA, Róber Iturriet. Experiência chinesa recente. **Opinio**, Canoas, v.21, p. 25-45, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — MDIC. Estatísticas de **comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na nova ordem internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 103-114, fev. 2011.

CUNHA, André Moreira. Mudança no regime cambial da China. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 85-96, dez, 2005.

DE NEGRI, Fernanda. Concorrência chinesa no mercado brasileiro: possíveis impactos da concessão, para a China, do status de economia de mercado. **Boletim de Conjuntura**, n. 68, mar. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE. **Índice das exportações**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_exportacoes.php>. Acesso em: 23 nov. 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION — OIT. **Labour cost**. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/STP/guest>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

LARA, Fernando Maccari. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-397, jul./set., 2005.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 92-112, jul.-set., 1999.

PEOPLE'S BANK OF CHINA. **Statistics**. Beijing: China Financial Publishing House, 2011. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/publish/english/963/index.html>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2011**. Washington: Development Data Center, 2005. Disponível em: <http://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821387092_part2>. Acesso em: 20 dez. 2011.

